Corrupção Caridosa* 1 NOV 1993

JORNAL DO BRASIL

A instalação de CPI para apurar o desvio de verbas destinadas à assistência social alça para a ordem do dia um tema-tabu na política brasileira: as relações entre corrupção e assistencialismo. O Brasil não se desgarra das velhas práticas paternalistas. A política brasileira tem larga tradição populista, tanto de direita quanto de esquerda. E os dois lados dessa moeda eleitoreira estampam a efígie de um Estado tanto mais autoritário quanto mais se apresenta como o grande pai dos pobres. Por trás dessa máscara benfeitora, esconde-se a verdadeira face da corrupção: a cobrança de propinas para a liberação de verbas destinadas a entidades assistenciais ou, quando o descaramento é sem limites, o desvio de verbas em proveito próprio.

A Legião Brasileira de Assistência, que agora volta ao noticiário no rastro das acusações que pesam sobre a ex-ministra Margarida Procópio, é exemplo dessa relação viciosa. Não é por acaso que cartas de associações beneficentes constam entre as provas coletadas pela CPI do envolvimento do deputado baiano João Alves, acusado de ser o líder do grupo de anões sanguessugas do orçamento. Não é de hoje que a LBA é epicentro de escândalos. Criada em 1942 para atender às famílias dos pracinhas que lutavam na Itália, a entidade tornou-se nestes 53 anos um dos maiores símbolos do apadrinhamento político, do nepotismo e de todas as demais variantes do empreguismo, tendo atravessado os últimos três anos como alvo de 14 inquéritos policiais que incluem desde fraudes em concorrências e casos de superfaturamentos até o sumiço de US\$ 1 milhão e de produtos variados, como 22 toneladas de leite em pó e 103 cadeiras de rodas.

Agora, o depoimento de José Carlos Alves dos

Santos levanta a suspeita de que em torno da LBA se ergueram centenas de entidades-fantasmas. O levantamento preliminar do Ministério do Bem-Estar Social calcula hoje em mais de 1200 as entidades que ainda se encontram com documentação irregular, mesmo depois que o Conselho Nacional de Serviço Social suspendeu, em julho passado, 12.600 entidades inadimplentes na prestação de contas. Não admira: fundar uma entidade assistencial virou negócio da China, uma vez que, à falta de uma fiscalização rigorosa, se juntou o direito a subvenções e convênios com empresas estatais e, sobretudo, pela isenção de tarifas alfandegárias e imposto de renda. Assim, a fachada do assistencialismo permitiu que se esvaissem do Tesouro quantias tão astronômicas que a unidade monetária nacional parece ser, para estes casos, o milhão de dólares.

A CPI do orçamento é a grande oportunidade de inverter esse quadro lamentável. O escândalo mostra que a política brasileira está mudando, numa guinada de 180 graus, em favor de um fortalecimento das instituições. As pesquisas de opinião mostram que o eleitor de 1994 tem como pré-requisito básico para eventuais candidatos as mãos limpas, a honradez acima de qualquer suspeita. O caminho da modernidade passa necessariamente pelo banho de moralização do Legislativo. E vai trazer como consequência o fim do assistencialismo. A opinião pública exigirá uma total reformulação na feitura do Orçamento Nacional para que dali se expurguem todas as formas de corrupção escondidas sob o manto da caridade. O escândalo do Orçamento deixou os políticos a descoberto. Muito mais descobertos que os menores abandonados que vagam, miseráveis, pelas ruas.